

Juiz Fernando Eizo Ono é indicado ministro do TST

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, indicou em 19 de julho o juiz e ex-presidente do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná, Fernando Eizo Ono (foto), para o cargo de ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST). Pela mensagem presidencial 516/2007, publicada no Diário Oficial da União de 20 de julho, o nome do juiz Fernando Ono foi encaminhado ao Senado Federal para apreciação.



p. 3

Entrevista

Márcio Dionísio Gapski

Juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região e Coordenador do Núcleo Trabalho, Justiça e Cidadania do Paraná

"Ansiamos por um fato novo que mude o rumo da história do Brasil, como a priorização absoluta da educação e, por consequência, da criança e do adolescente nos orçamentos". p. 2

Nesta Edição

- Juízes conhecem dia-a-dia portuário p. 4
- EAJ disponibiliza cursos da ENAP p. 3
- Exposição do Núcleo TJC-PR p. 8
- Inscrições a concurso para juiz p. 4
- Treinamento para boletim estatístico p. 6

Entrevista

Juiz do TRT-PR Márcio Dionísio Gapski
 Coordenador do Núcleo Trabalho Justiça e Cidadania do Paraná



“Estar disponível, em espírito e em ação”

Natural de São José dos Pinhais, Márcio Dionísio Gapski graduou-se em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná em 14 de janeiro de 1984. Fez especialização em Processo Civil e também bacharelou-se em Letras (Português e Inglês), tendo exercido o magistério durante vários anos. Gapski foi, ainda, servidor da Justiça do Trabalho da 9ª Região por oito anos.

Após aprovação em concurso público de provas e títulos, tomou posse em 11 de novembro de 1988 no cargo inicial da magistratura trabalhista no Paraná (juiz substituto). Em 7 de junho de 1991, foi promovido ao cargo então denominado presidente de Junta de Conciliação e Julgamento (hoje titular de Vara do Trabalho), exercido sucessivamente em Campo Mourão, Paranaíba, Ponta Grossa, Curitiba e Colombo. Em 2 de outubro de 2002, tomou posse como juiz do TRT do Paraná. Atualmente preside a 2ª Turma do Tribunal. Além de diretor de Assistência Social da Associação dos Magistrados do Trabalho da 9ª Região – Amatra-IX, Márcio Gapski é o coordenador do Núcleo Trabalho Justiça e Cidadania do Paraná, cujo primeiro projeto é o “Crescer Feliz – Diga Não ao Trabalho Infantil” (vide matéria na pág. 8).

O que os indicadores sócio-econômicos revelam sobre a situação da criança no mundo do trabalho? Em termos comparativos com o passado, que tendência é possível identificar, no Paraná e no Brasil?

Se pequena melhora no quadro clínico de um doente da UTI é motivo de comemoração, então, cabe acanhada comemoração, em termos de trabalho infantil no Brasil. As estatísticas não são precisas, porque nem todas as situações de trabalho se tornam conhecidas, são divulgadas ou denunciadas. No âmbito familiar, por exemplo, impera o direito da inviolabilidade de domicílio. Há também a cultura, enraizada sobretudo no interior, de que “se o trabalho dignifica o homem, deve começar desde criança”.

Segundo dados do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI), em 1990, de um universo de 60 milhões de crianças e adolescentes (até 16 anos), em torno de 14 ou 15% eram exploradas pelo trabalho (8,9 milhões). Em 12 anos (até 2002), houve redução para 6,3 milhões e, atualmente, esse número é superior a 5 milhões – vale dizer, acima de 10%. No Paraná, é próximo dos 5% e, em Curitiba e Região Metropolitana, um pouco inferior. São números expressivos de exploração, levando-se em conta que eles se concentram, maciçamente, nas classes de menor poder aquisitivo, também “premiadas” na exclusão social em saúde, moradia, transporte, lazer... É uma lástima! Enquanto as mães dessas famílias carentes pululam em empresas ou em residências para cuidarem da limpeza e de nossos filhos... quem ficou lá, nas casas delas (se é que as têm), para cuidar de seus filhos?

Mais de 95% das crianças brasileiras estão na escola. Muito bonito, mas o ensino é de baixo nível. Divulgou-se recentemente que no Brasil a nota escolar média é três no ensino público e quatro no particular (em Curitiba a situação é menos grave). Para piorar, a maioria das escolas não mantém sistema de contratuados e, nos municípios, via de regra, não há área de lazer, nem programa de aprendizagem e de complementação educacional (quando há, não comportam a demanda). Nesse quadro, o trabalho infantil é um dos efeitos.

Quanto a “tendências”, sou pessimista, a não ser que haja fato novo que mude o rumo da História do Brasil, como a priorização absoluta da educação e, por consequência, da criança e do adolescente nos orçamentos.

Quais os resultados das ações do Núcleo Trabalho, Justiça e Cidadania do Paraná e que avaliação o senhor faz das atividades?

O Núcleo TJC-PR se tornou conhecido. Isto é muito bom! O primeiro projeto, “Crescer Feliz”, ultrapassou as expectativas. Originalmente, a pretensão com ele não era mais do que uma simples mostra de quadros de alunos de Curitiba e Região Metropolitana. Buscávamos o estabelecimento de contato com escolas e reconhecimento de terreno para ações futuras. A partir das adesões e parcerias, o projeto tomou a dimensão que tem hoje. A mensagem do “Crescer Feliz” – um grito em favor da criança e do adolescente – foi e ainda está sendo levada aos quatro cantos do Brasil...

Se de início pensávamos em milhares de quadros de centenas de escolas de Curitiba e Região Metropolitana, ao final, obtivemos um milhão deles, porém, de duas centenas de escolas de todo o estado. Por ser uma campanha estadual, o número não é expressivo. Porém, para o Núcleo e seus propósitos, foi uma vitória. O leque está aberto. Em todos os pontos do Paraná houve uma escola com pelo menos um professor abnegado e alguns alunos que se interessaram pelo tema e se engajaram. A qualidade dos quadros indica profunda reflexão e, em alguns casos, um “grito” de socorro. Isto não tem preço! Cabe ao Núcleo, agora, zelar pela manutenção desse relacionamento, estreitar laços, ampliá-lo a outras escolas, a partir dessa primeira experiência.

Qual o próximo passo, para que as iniciativas nesse sentido se tornem permanentes?

Por primeiro, eu diria: maior e melhor estruturação do Núcleo. Poderíamos ter ido muito mais longe com um “staff” à altura do empreendimento. Tudo, porém, aconteceu dentro do previsto e do possível, nas nossas limitações. Não nos esqueçamos: o projeto foi experimental. O ideal seria uma secretaria própria para o núcleo, um envolvimento maior

das instituições. Penso ser imprescindível, por exemplo, que, na Amatra-IX ao menos mais quatro juízes se engajem no Núcleo – de corpo e alma – e a criação de uma equipe coordenadora de juízes. Por problemas de infra-estrutura e de organização interna do Núcleo, por exemplo, muitos voluntários foram mal aproveitados em suas potencialidades, no tempo em que se disponibilizaram. Outra questão, já em debate em nossas reuniões, é o estabelecimento de “identidade própria” do Núcleo. Assim, é improvável que nossos projetos futuros se diluam em temática tão ampla que é “trabalho, justiça e cidadania”.

O senhor se sente vocacionado a empreender ações de conscientização contra injustiças sociais? O que tem a sugerir àqueles que querem fazer o mesmo e não sabem como começar?

Minha sugestão: estar disponível em espírito e em ação. Não pensar muito nas dificuldades, no tempo... Sentir-se capaz de poder “fazer a diferença” e arriscar. Ir atrás, não deixar “passarem ao largo” as oportunidades de fazer os outros felizes! Comprometer-se não com o ideal em si e sim com os resultados dele e, a partir daí, buscá-los a todo custo. Preferencialmente não sozinho. Sempre haverá alguém que também busca. Tudo depende, claro, do conceito pessoal de “felicidade”, do momento e do meio. É decisão pessoal, consciente. No meu caso, foi um “crescendo”... Quando adolescente, no Seminário, meu pontapé inicial foi o “Voluntariado em Favela”, cuidando de crianças nas escolas aos domingos, enquanto as mães cortavam cana e os maridos, no bar, tomavam pinga... Cursando Letras, participei do Projeto Rondon também em favelas; cursando Direito, fui comissário junto ao Juizado de Menores. Na magistratura, vieram os processos, as pausas... Atividades paralelas, nem pensar! Na atual gestão da Amatra IX houve convite e cá estou. Com dificuldades? Sim, muitas, mas estou feliz! Se ser feliz é o objetivo de vida de todo ser humano, o que quero mais, se encontrei o meu? ■

A entrevista pode ser conferida na íntegra ao final desta edição

Presidente Lula indica juiz Fernando Ono, do TRT-PR, para ministro do TST

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, indicou em 19 de julho o juiz e ex-presidente do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná, Fernando Eizo Ono, para o cargo de ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST). Pela mensagem presidencial 516/2007, publicada no Diário Oficial da União de 20 de julho, o nome do juiz Fernando Ono foi encaminhado ao Senado Federal para apreciação.

O chefe do Executivo apresentou, para preenchimento de duas outras vagas no TST, os juízes Pedro Paulo Teixeira Manus (2ª Região - São Paulo) e Guilherme Caputo Bastos (23ª Região - Mato Grosso), que também integravam a lista quintupla submetida à escolha do presidente da República pela Corte Superior.

O referendo pelo Senado Federal ocorre após sabatina dos indicados, em data ainda não agendada no Congresso. A lista havia sido feita em 29 de maio pela composição plena do TST e as três vagas (reservadas à carreira da magistratura trabalhista) decorrem da ampliação, pela Emenda Constitucional 45 (Reforma do Judiciário), da composição daquele tribunal, de 21 para 27 membros. Restam agora três cargos a serem preenchidos.

Os juízes Fernando Eizo Ono e Pedro Paulo Teixeira Manus, indicados ao cargo de ministro do TST (matéria ao lado), foram recebidos no gabinete presidencial do TRT-PR na tarde de 20 de julho pelo juiz Altino Pedrozo dos Santos, que naquele dia exercia a presidência regimental da Corte e foi recentemente nomeado para compor o Conselho Nacional da Justiça. Na ocasião, os três se cumprimentaram mutuamente pelas recentes indicações e trocaram impressões sobre temas de interesse do Poder Judiciário e dos respectivos Regionais.

O juiz Pedro Paulo estava em Curitiba para o lançamento de duas obras jurídicas de sua autoria e para proferir palestra sobre a ampliação da competência da Justiça do Trabalho.

Nos registros fotográficos, a partir da esquerda: juízes Pedro Paulo, Fernando Ono e Altino dos Santos (sentados); juiz Benedito Xavier da Silva, advogado e professor Marco Villatore (PUCPR), juízes Ney Fernando Olivé Malhadas (convocado), Arnor Lima Neto, Rubens Edgard Tiemann e Sérgio Murilo Rodrigues Lemos, que dentre outros cumprimentaram os indicados.



EAJ disponibiliza cursos a distância da ENAP

A Escola de Administração Judiciária (EAJ) do TRT do Paraná, na esteira de múltiplos convênios que mantém com outras instituições, está disponibilizando, desde julho, cursos a distância oferecidos pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), à qual está credenciada. A oferta se insere na esteira dos múltiplos convênios que a EAJ mantém com outras instituições e de sua participação na Rede Nacional de Escolas de Governo.

Dentre os cursos da ENAP (fundação vinculada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão) agora à disposição dos servidores da 9ª Região da Justiça do Trabalho, estão os de “Atendimento ao cidadão” (a ser realizado de 3 de setembro a 24 de outubro), “Legislação aplicada à gestão de pessoas” (inscrições encerradas – turmas de 10 de setembro a 1º de outubro e de 5 a 26 de novembro), “Gestão estratégica de pessoas e planos de carreira” (turmas de 13 de agosto a 3 de setembro e de 1º a 22 de outubro),

“Legislação aplicada à logística de suprimentos” (1º a 28 de agosto), “Orçamento público: elaboração e execução” (22 de outubro a 19 de novembro) e “Análise e melhoria de processos” (voltado à racionalização de tarefas administrativas, de 10 de setembro a 15 de outubro).

As inscrições para os dois primeiros cursos estão abertas desde julho e as demais terão início em agosto, conforme calendário disponível para consulta no site da ENAP – www.enap.gov.br, onde podem ser efetivadas acessando, sucessivamente, os links “Cursos” e “A Distância”. Os conteúdos programáticos estão disponíveis no mesmo endereço. Tendo em vista a grande procura, a EAJ sugere que os interessados do TRT e das varas do trabalho efetuem inscrição já no dia da abertura de cada período. Para efeito de acompanhamento e certificação, a Escola solicita dos inscritos que a comuniquem de sua participação.

Curso “Liderança e Equipes” no ISAE-FGV

A Escola de Administração Judiciária do TRT-PR oportunizará no mês de agosto, em parceria com o Instituto Superior de Administração e Economia da Fundação Getúlio Vargas, o curso “Liderança e Equipes”. Dirigido a servidores que ocupam cargos de natureza gerencial que atuam diretamente na gestão de pessoas, o treinamento terá 128 participantes de varas do trabalho (capital e interior) e da área administrativa do Tribunal.

O curso, de três dias, dá complementaridade ao Programa de Desenvolvimento Gerencial da EAJ deste ano, que teve início em março e abril com o curso “Gestão por Processos”, na sede curitibana da mesma ISAE-FGV. Serão quatro turmas de 32 alunos cada, nos dias 6 a 8, 13 a 15, 20 a 22 e 27 a 29 de agosto, sempre das 8 às 17 horas.

Juízes conhecem dia-a-dia do trabalho portuário

Os juízes Rosalie Michaele Bacila Batista (vice-presidente e ouvidora-geral do TRT), Benedito Xavier da Silva, Edmilson Antonio de Lima (ambos do Tribunal), Carlos Martins Kaminski (titular da 2ª Vara do Trabalho de Paranaçu) e Luciene Cristina Bascheira Sakuma (substituta, em exercício na 1ª VT parnanguara) visitaram em 21 de junho as instalações do porto da cidade, para conhecer *in loco* o cotidiano da atividade portuária.

Acompanhados de dois auditores do Ministério do Trabalho e Emprego, os magistrados conheceram a realidade dos locais e das condições de trabalho e a nova sistemática do

controle de ingresso nos ambientes onde o serviço é desenvolvido. A visita também se estendeu ao superintendente da Administração dos Portos de Paranaçu e Antonina (APPA), Eduardo Requião, ao Órgão Gestor de Mão-de-Obra (OGMO), aos silões e às empresas particulares de armazenamento. Na ocasião os juízes conheceram as dependências de dois navios estrangeiros atracados às instalações portuárias - um indiano já carregado de contêineres e um de bandeira ucraniana, que estava em meio a processo de carregamento de produtos alimentícios (carne avícola beneficiada), exportados para a Arábia Saudita.



Juízes do TRT, Benedito Xavier da Silva (primeiro à esquerda), Rosalie Michaele Bacila Batista (vice-presidente e ouvidora-geral do TRT) e Edmilson Antonio de Lima, com os fiscais da Delegacia Regional do Trabalho, Paulo de Lima Brenszisnk e Ivo Prince Chimanski, conversam sobre as condições do porto



Juízes Benedito Xavier da Silva (TRT-PR), Carlos Martins Kaminski (titular da 2ª VT de Paranaçu) e Luciene Cristina Bascheira Sakuma (substituta) conhecem "in loco" o cotidiano da atividade portuária, acompanhados por fiscais da DRT

Inscrições para o XXI concurso para juiz substituto

Estão abertas de 23 de julho a 21 de agosto as inscrições ao XXI Concurso para a Magistratura do Trabalho da 9ª Região (Paraná).

As inscrições preliminares serão feitas exclusivamente por meio eletrônico, na página www.pucpr.br/concursotr9. A taxa poderá ser paga até 22 de agosto. O concurso terá cinco fases realizadas de acordo com calendário provisório: primeira prova (conhecimentos gerais) em 22 e 23 de setembro, segunda (conhecimentos específicos) em 20 de outubro, terceira (sentença) em 15 de dezembro, quarta (exame oral) em 15 de fevereiro de 2008 e quinta e última prova (exame de títulos) em data a ser divulgada.

O concurso destina-se a prover 20 cargos vagos existentes, bem como os que vierem a vagar durante o prazo de validade do processo seletivo do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região. A validade do concurso é de dois anos, contados da publicação no Diário Oficial da União da lista definitiva dos candidatos aprovados, podendo ser prorrogado uma única vez, por no máximo igual prazo, a critério exclusivo do TRT-PR.

Sob a supervisão da Comissão de Concurso, a instituição que está fornecendo apoio operacional ao certame é a Associação Paranaense de Cultura (Pontifícia Universidade Católica do Paraná) - vencedora de preser eletrônico.

PA de Palmas vincula processos por servidor

Posto de Atendimento da Justiça do Trabalho de Palmas, instalado em 19 de abril e vinculado à Vara do Trabalho de Pato Branco, está utilizando o sistema de vinculação de processos aos servidores para agilizar a tramitação das ações trabalhistas. Pelo sistema, o mesmo servidor é responsável por todos os atos do processo, desde a atuação até o arquivamento dos autos.

Para a implantação do sistema, os nove servidores que atuam na Vara de Pato Branco e no PA de Palmas participam de

aulas práticas e teóricas às sextas-feiras pela manhã, na sede da unidade patobranquense, a 90 quilômetros de distância.

Entrando definitivamente em funcionamento em 2 de maio, foram atuadas 207 ações trabalhistas nos meses de maio (105) e junho (102) no PA de Palmas, além dos 1.150 recebidos quando da instalação. Devido aos bons resultados atingidos durante os dois meses da vinculação de processos no PA, o sistema será implantado na Vara do Trabalho de Pato Branco a partir de 1º de agosto.

Balanço do Dia da Saúde

A Secretaria de Recursos Humanos do TRT divulgou os números finais das atividades de 2007 alusivas ao Dia Mundial da Saúde, realizadas pelo Setor Médico-Odontológico em parceria com a Unimed em Curitiba. Foram realizados 497 procedimentos de enfermagem, dos quais 171 se referem a verificações de pressão arterial, 153 a exames de nível glicêmico e 173 à apuração de índices de massa corporal. Em cada exame efetuado, o servidor foi orientado quanto à prevenção de doenças como a hipertensão e o diabetes, com informações dos profissionais da área de saúde, relativas à alimentação. Foram distribuídos cerca de 1.500 folders contendo dicas preventivas de enfermidades.

Admissibilidade de RO – preparo

A comprovação do recolhimento de custas processuais e do depósito recursal em sede de recurso ordinário

Edição que o preparo para a interposição de recurso ordinário consiste no recolhimento das custas processuais, de que trata o artigo 789 da CLT e na realização do depósito recursal, conforme a regra do artigo 899 da mesma norma consolidada.

Existem, porém, interpretações divergentes a respeito da validade de guias, mais especificamente sobre o atendimento ao Provimento 3 da Corregedoria do Tribunal Superior do Trabalho, de abril de 2004, segundo o qual a guia DARF deverá conter a identificação da parte, o número dos autos, o valor e o código “8019”.

A Instrução Normativa 18/99 regulamenta o preenchimento da guia de depósito recursal e a 21/2002 determina a utilização de modelo único da respectiva guia.

No entanto, não obstante as regulamentações do Tribunal Superior do Trabalho, a 1ª Subseção de Dissídios Individuais (SDI-1) daquela Alta Corte tem proferido decisões que minimizam a exigência relativa aos critérios de admissibilidade. Julgamentos recentes da referida subseção têm se baseado nos princípios da instrumentalidade e da

finalidade do ato processual, em detrimento de uma mera exigência formal (exemplo: ERR-28927/2002-900-10-00.3).

A utilização de RDO (Recebimento de Depósito Judicial) também gera interpretações conflitantes entre os julgadores, sobretudo sob o argumento de que a utilização desse meio para efetuação de depósito recursal implicaria incidência de tributação e consequente diminuição do valor do feito, em razão do campo próprio existente (“código IR”).

Entretanto, verificou-se no TST, em julgamento de caso concreto, que a legislação específica (Decreto 1.041/94, art. 720, XI) não exige tributação dos depósitos judiciais e, portanto, tal aplicativo não demandaria, necessariamente, redução do valor recolhido (RR 58797/1999.9).

Informações incompletas também não têm sido objeto de impedimento para o recebimento do recurso ordinário, segundo interpretação do TST, desde que não comprometam a eficácia do ato processual pertinente ao depósito recursal. Considera-se, pois, válida a guia que contenha, pelo menos, elementos que permitam identificar o beneficiário do

depósito e a finalidade deste (ERR 28927/2002-900-10-00.3).

No que pertine às custas processuais, as conclusões não têm sido diversas das que se referem ao depósito recursal, vez que a SDI-1 – em decisão posterior, inclusive, à edição do Provimento 03/04 – declarou que, havendo recolhimento do valor correto das custas dentro do prazo estipulado no art. 789, § 4º da CLT, encontra-se atingida sua finalidade, sob pena de violação aos princípios da razoabilidade, da instrumentalidade e da finalidade dos atos processuais, bem como do art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal, que assegura aos litigantes o contraditório e a ampla defesa (ERR-91.943/2003-900-02-00.7 – DJ 20/04/2006; ERR-214/2003-005-10-00 – DJ 25/05/2007).

Destarte, deflui a conclusão de que a análise de admissibilidade, quanto ao preenchimento da guia DARF e do formulário correspondente ao depósito recursal, deve se fulcrar basicamente na orientação dos princípios da boa-fé das partes e do máximo aproveitamento dos atos, sempre tendo em mira a eficácia da prestação jurisdicional que tanto apregoamos.

Alunos da Unipar no TRT



Cerca de 35 acadêmicos de Direito da Universidade Paranaense - campus de Paranavaí, participaram em Curitiba do programa “Visitação Pública” do Tribunal, em 24 de julho. Na ocasião, assistiram a uma palestra do juiz do TRT Benedito Xavier da Silva, sobre a estrutura e o funcionamento da instituição e receberam a “Cartilha da Justiça do Trabalho”, com informações complementares. Os alunos foram monitorados pelos professores Edmar José Chagas (Direito Penal) e Fábio Luis Franco (Direito Processual Civil).

Campanha do Quilo

A Comissão de Responsabilidade Social recebeu, ao longo do mês, várias doações de alimentos não perecíveis (arroz, açúcar, trigo, macarrão, óleo, café, sal, bolachas), que foram encaminhados para duas instituições: o Instituto Lixo e Cidadania, que atende a associações de catadores de papel e a Associação Bibi Meireles - casa de recuperação de mulheres com dependência química. A arrecadação, inserida no programa permanente “Campanha do Quilo”, reuniu 113 quilos de alimentos.

Treinamento voltado ao boletim estatístico eletrônico

A Secretaria de Informática e a Assessoria de Economia e Estatística do TRT realizaram em 6 de julho um treinamento específico de servidores de varas do trabalho, voltado ao preenchimento do boletim estatístico, inserido no Sistema Unificado de Acompanhamento Processual (SUAP). O evento, no auditório da Escola de Administração Judiciária, alcançou as unidades judiciárias de primeiro grau sediadas em Curitiba e nos municípios mais próximos.

Na ocasião, o titular da assessoria, Juares Varallo Pont, sublinhou a importância do preenchimento dos dados processuais, quer no sentido de melhor controle do andamento das ações por juízes e servidores de cada unidade, quer em razão da necessidade de informar com precisão à Corregedoria Regional os dados alusivos a cada magistrado, para efeito de vitaliciamento e promoção. O responsável pela área de estatística, Sérgio Luiz Pacheco, esteve à disposição para dirimir dúvidas dos participantes quanto aos campos utilizados nos boletins.

A exposição mais extensa esteve a cargo do chefe do Setor de Desenvolvimento de Sistemas Judiciários de Primeira Instância (vinculado à Secretaria de Informática), Desirée Terezinha Alves de O. Branco, que esmiuçou a arquitetura do boletim e os principais problemas verificados no seu

preenchimento. Registrou, na oportunidade, que o setor tem identificado as incongruências, as quais apontam a existência de erros lógicos dos programas e/ou situações não previstas nos itens do boletim. Em tais situações, os programas são alterados e as correções automaticamente efetuadas nos registros de cada Vara, sendo conveniente que os servidores consultem com frequência os históricos dos respectivos processos, procedendo à conferência da tramitação seqüencial.

Como exemplos de procedimentos recomendados, citou: verificação da fase processual correta (cognitiva ou de execução); se o início da liquidação foi lançado antes do início da execução; se esta antecede o primeiro arquivamento provisório, quando for o caso; verificação se o evento de número 337 não foi lançado uma segunda vez, sem que o primeiro tenha sido devidamente encerrado e verificação do lançamento do evento de número 44 (homologação de acordo na fase de conhecimento), propiciando o encerramento da etapa liquidanda.

Desirée trouxe também à lembrança que os eventos de números 26 (solucionados sem trânsito em julgado), 24 (solucionados com trânsito em julgado) e 29 (registro de decisão para fins estatísticos) somente deverão ser lançados antes do histórico de início de liquidação ou, em não havendo a

necessidade desta, o início da execução. Informou que o sistema não reconhece o fim da fase de conhecimento apenas com tais eventos, os quais foram criados para lançamentos em processos antigos, que já estejam registrados no sistema em outras fases. Acrescentou, ainda quanto a tal aspecto, que os processos novos requerem uma solução que finalize a fase de conhecimento, obrigatoriamente.

A seguir, a chefe do setor ressaltou a necessidade do lançamento no sistema do resultado de audiência ou de algum tipo de solução a incidente processual, sempre que ocorra de os autos serem remetidos a outros órgãos, por exceção de incompetência.

Por fim, recomendou: após corrigir as divergências, o servidor deverá encerrar a estatística do período, proporcionando ao sistema o início da atualização da estatística referente ao período seguinte. Assim, a conferência das divergências poderá ser iniciada sem que seja necessário esperar o final do mês para dar início às correções.



Desirée Branco, da SI, explicando o preenchimento do boletim

Informatizando

Comissão de Informática do TRT-PR

Servidor da SI dá palestra em Las Vegas sobre Tecnologia da Informação na JT

O diretor do Serviço de Infra-Estrutura e Comunicação da Secretaria de Informática do TRT do Paraná, Carlos Alberto Oberlaender Lopes, participou em Las Vegas (CA), nos Estados Unidos, do evento "HP Software Forum", entre 18 a 22 de junho. Na ocasião, ministrou palestra em inglês, na qual expôs os recursos tecnológicos recentemente incorporados aos sistemas de software e hardware do Regional paranaense e as projeções das futuras implementações previstas pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho. A ênfase foi no uso de técnicas de "arquitetura orientada a serviço" (*service-oriented architecture* – SOA), responsáveis pela integração dos recursos de informatização e que representam a vanguarda nas soluções corporativas de processamento de dados.

O evento ocorreu no hotel The Venetian, com um público de gestores e técnicos de empresas como Tim, Vivo, Brasil Telecom, Globo, Petrobras e Vale do Rio Doce, além da Hewlett-Packard e da

Microsoft, promotoras do encontro.

O serviço dirigido por Carlos Lopes no TRT-PR é o responsável pelos recursos por onde flui o tráfego da rede de dados das duas instâncias da Justiça do Trabalho no estado, bem como pela alimentação elétrica e pelos sistemas periféricos de distribuição de energia. Também são de sua alçada a configuração e a compatibilização dos recursos de tecnologia de informação (TI) para os novos projetos do Tribunal.

O servidor é membro consultor do grupo de redes e infra-estrutura de TI do CSJT, do qual participa como responsável por configurar e proceder à análise técnica de diversos projetos de TI em nível nacional.

O convite para proferir a palestra,



Carlos Alberto Oberlaender Lopes ministrando palestra sobre os recursos tecnológicos recentemente incorporados aos sistemas e as projeções das futuras implementações de software e hardware no TRT-PR

compartilhando informações sobre esse tema na Califórnia, decorreu de seu perfil - especializado em governança e controles de Tecnologia em Informação, além de metodologia e implantação de sistemas de datacenters.

Saúde em foco

Serviço de Benefícios Institucionais do TRT-PR

Viva bem com suas finanças

Isto faz parte da qualidade de vida!

O endividamento, infelizmente, não é privilégio daqueles que ganham salário mínimo e trabalham apenas para sobreviver. Problemas financeiros são comuns até entre aqueles que recebem os salários mais altos. Isso ocorre porque o “planejamento financeiro tem uma fundamentação muito mais comportamental do que matemática”, como diria Gustavo Cerbasi. Comprar é um prazer e muitas pessoas buscam este prazer como alívio para outros problemas.

O descontrole financeiro gera elevados graus de estresse, prejudicando a qualidade de vida das pessoas. Deteriora os relacionamentos, começa afetando o convívio familiar e a relação com pessoas próximas e se alastra pelo ambiente corporativo.

Na organização, o reflexo é evidenciado não apenas na produtividade, mas também na satisfação profissional. Preocupado, o trabalhador fica menos concentrado, a qualidade e a produtividade diminuem. Irritado, torna-se mais propenso a brigas e discussões. Ao mesmo tempo, sente-se desmotivado por perceber que, apesar dos esforços para trabalhar mais e melhor, vê o resultado do seu trabalho transformado em pagamento de juros, em vez de comodidade para si e para sua família. A sensação comum é de fracasso, depressão e vergonha.

Bem, se não é o valor do salário que define se seremos endividados ou bem sucedidos financeiramente, então o que é? Os

autores mencionam a história econômica brasileira como uma das fontes do problema, uma vez que em períodos de elevada inflação, nos quais salários e preços eram quase que diariamente reajustados, ficava difícil saber até quanto cada um ia receber no final do mês, quanto mais planejar gastos. Outro fator que se soma a esse é o fato de

não se ensinar sobre dinheiro na escola. Não há nenhuma orientação sobre educação financeira pessoal nas grades curriculares.

Sem base da educação financeira, pressionados pelo consumismo e pelas facilidades de acesso a crédito, a tendência a sucumbir ao descontrole de gastos aumenta ainda mais.

A solução é assimilarmos a regra básica de que temos que viver com a renda que

conseguimos gerar, citando Erasmo Vieira: “Toda pessoa tem muito claro o seu limite de gasto, que corresponde ao que ela ganha”.

Embora muitas vezes a saída que vem à cabeça seja fazer um empréstimo ou tentar um aumento de salário, se não houver uma mudança de hábitos na administração de gastos, não é preciso muito tempo para que o problema volte a se repetir como um pesadelo. Através da educação financeira se conhece ferramentas que permitem fazer escolhas cotidianas de maneira mais consciente.

Confira algumas dicas dos especialistas para evitar o endividamento e o descontrole financeiro:

1ª Dica (básica): Adequar seus gastos a sua receita. Se você tiver que abrir mão de alguma coisa é porque estava com uma qualidade de vida material acima das suas reais possibilidades financeiras;

2ª Dica: Planejar os gastos para o mês e acompanhar esses gastos é importantíssimo, pois evitará que você tenha que utilizar o cheque especial ou fazer empréstimos para cobrir os excessos com compras desnecessárias ou supérfluas;

3ª Dica: Pagar à vista, evitar as compras parceladas, que comprometem a renda futura. Parar com a cultura do compre agora e pague depois. Às vezes é melhor pagar um objeto à vista (com desconto) do que pagar uma imensidão de juros que estão embutidos no preço;

4ª Dica: Evitar fazer estoques, que nada mais são do que “dinheiro parado nas prateleiras”. Aumentar a frequência das compras em vez de estocar antecipadamente é um caminho para quem já está no vermelho;

5ª Dica: Guardar algum dinheiro no dia do pagamento é um excelente começo para quem quer alcançar seus objetivos; evite a idéia de que “se sobrar eu guardo”;

6ª Dica: Guardando um pouco por dia, você consegue grandes resultados e vai conseguir alcançar seus objetivos;

7ª Dica: Cuidado com os empréstimos! Mesmo aqueles com desconto em folha de pagamento valem a pena se forem utilizados para substituir uma dívida mais cara por outra mais barata, mas o perigo reside em usá-los como mais uma forma de endividamento. Viver pagando juros corrói o poder de compra dos salários.

E finalmente, a **8ª dica:** Se você conseguir manter suas contas em dia, sem precisar de créditos extras e sem comprometer a renda futura, terá mais tranquilidade para buscar aumento da renda.

Texto baseado nos artigos de Erasmo Vieira, Flávio Martins da Costa, Gustavo Cerbasi, Márcio Lavelberg e Vinicius Marinelli. Leia os artigos dos autores na íntegra no site www.rh.com.br



Compromisso com o meio ambiente

A Comissão para coleta seletiva solidária do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná já iniciou a entrega de material reciclável gerado nas unidades administrativas e judiciárias da capital e região metropolitana para a Catamare - Cooperativa de Catadores de Papel de Curitiba.

De acordo com a comissão, a separação dos resíduos na fonte é muito importante para o sucesso do projeto do TRT-PR, coordenado pela Comissão de Responsabilidade Social.

Nesta edição do Informativo **Nona** é publicada tabela (ao lado) demonstrando o tempo médio de decomposição de lixos no meio ambiente.

Na próxima edição do informativo será divulgado o tempo médio de decomposição do lixo no oceano.

MATERIAL	TEMPO MÉDIO
Aço	Mais de 100 anos
Alumínio	200 a 500 anos
Borracha	Tempo indeterminado
Casca de frutas em geral	De 3 a 12 meses
Casca de bananas	2 anos
Cerâmica	Indeterminado
Chicletes	5 anos
Cigarro, exceto o filtro	De 1 a 2 anos
Cordas de nylon	De 30 a 40 anos
Couro	30 anos
Embalagens de plástico	De 30 a 40 anos
Embalagens Longa Vida	100 anos (alumínio) ou mais
Garrafas PET	Mais de 100 anos
Espumas	Indeterminado
Filtro de cigarro	De 3 a 5 anos
Fralda descartável biodegradável	1 ano
Fralda descartável comum	450 anos
Garrafa plástica	400 anos
Isopor	Indeterminado
Jornal	6 meses
Lata de aço	10 anos
Lata e copos de plástico	50 anos
Latas de alumínio	De 80 a 100 anos
Louças	Indeterminado
Louças de borraça	Indeterminado
Madeira	6 meses (em média)
Matéria Orgânica	De 2 meses a 1 ano
Metais (componentes de equipamentos)	Cerca de 450 anos
Nylon	30 anos ou mais
Palitos de fósforos	6 meses
Papel	De 3 meses até vários anos
Papelão	6 meses
Papel plastificado	De 1 a 5 anos
Pedaços de pano	De 6 meses a 1 ano
Plásticos (embalagens, equipamentos)	100 anos no mínimo, chegando até a 500 anos
Pneus	De 100 a 600 anos, dependendo da composição
Sacos e sacolas plásticas	Mais de 100 anos
Tampas de garrafi	150 anos
Alguns tipos de tecidos sintéticos	De 100 a 400 anos
Vidro	Tempo indeterminado, variando de 4 a 10 mil anos

Exposição do projeto “Crescer Feliz - Diga Não ao Trabalho Infantil”



Minioutdoors expostos no hall de entrada do Fórum de Primeiro Grau de Curitiba, sendo escolhidos pelos visitantes

Desde 9 de julho, o projeto “Crescer Feliz - Diga Não ao Trabalho Infantil” do Núcleo Trabalho, Justiça e Cidadania do Paraná está expondo mini-outdoors, no hall de entrada do Fórum da Justiça do Trabalho de Curitiba, na Avenida Vicente Machado, 400, em Curitiba.

Os trabalhos foram criados por alunos das redes de ensino, pública e particular, de

5ª à 8ª séries e do ensino médio de Curitiba e região metropolitana e de outros municípios. Anteriormente, de 20 a 30 junho, os minioutdoors estavam expostos na PUCPR. Paralelamente à mostra na Justiça do Trabalho acontece, até 23 de julho, a exposição dos trabalhos no Sesc da Esquina. Mais informações sobre o projeto no site www.nucleotjcp.org.br.

Estágio no TRT-PR

Está sendo reativado o programa de estágio para estudantes do 3º grau no Tribunal Regional do Trabalho do Paraná.

Será firmado convênio com algumas instituições de ensino do Paraná para a seleção de estudantes das áreas de Direito, Ciências Contábeis, Ciências da Computação e Engenharia da Computação, que estejam cursando a partir do 7º período ou 4º ano letivo.

A área de atuação dos estagiários será em gabinetes de juízes do Tribunal, varas do trabalho de Curitiba, região metropolitana e interior, além de unidades administrativas do Regional paranaense.

O estágio curricular terá duração de um ano e carga horária de 20 horas semanais, com início previsto para agosto deste ano. O programa está sob a responsabilidade do Serviço de Admissão e Desenvolvimento Pessoal e Gerencial do TRT.

Esclarecimentos adicionais sobre o assunto podem ser obtidos pelo telefone: (41) 3310-7315 e/ou no e-mail safag@trt9.gov.br.

Prata da Casa

Rogério Câmara Fernandes de Oliveira

“Made in China”

Foi aberta, no dia 6 de julho, a exposição de fotografias intitulada “Made in China”, a trigésima-segunda do projeto Prata da Casa do TRT do Paraná. A mostra é do servidor Rogério Câmara Fernandes de Oliveira, lotado na Secretaria do Tribunal Pleno, Órgão Especial e Seção Especializada.

“Made in China” é o resultado da viagem de Rogério à China, no ano de 2007. Na oportunidade, esteve em Pequim, Regiões da Grande Muralha (Simatai e Badalin), Xian, Xangai, Guilin, Cantão e Hong Kong. Impressionado com a Grande Muralha e a modernidade de Xangai, diz o que mais marcou: “As proporções da China. Tudo é gigante. Os quarteirões, a quantidade de pessoas na rua, as distâncias, os prédios, a quantidade de obras colossais empreendidas nas cidades, a rapidez da produção de riqueza da China. E, ao lado da modernidade, vêem-se hábitos transmitidos pela tradição familiar”, conta ele. Acrescenta

ainda: “Aprendi que a cultura chinesa é muito maior do que o Ocidente possa compreender, são muitos mil anos de produção cultural, é um gigante que só recentemente começou a ocupar seu lugar de importância no cenário mundial. E a China é dividida em muitas regiões e cada uma pratica hábitos diversos”.

Com equipamento digital de 6.1 mega, com zoom ótico de 12x, Rogério usou e abusou de sua criatividade. A jornada chinesa foi dividida com as servidoras do Tribunal, Tânia Maria e Eriza, do gabinete do juiz Tobias de Macedo Filho.

A exposição “Made in China” estará aberta ao público das 12 às 18 horas, de



O expositor, durante a abertura da mostra, com a juíza titular da VT de Pinhais, Odete Gracelli (à direita), e a servidora Cristiane Zandoná, lotada na secretaria da 1ª turma do TRT-PR

segunda a sexta-feira, até 15 de agosto, no hall de entrada do Fórum de Primeiro Grau da Justiça do Trabalho em Curitiba (Rua Vicente Machado, 400).

MÁRCIO DIONÍSIO GAPSKI

Juiz do TRT – Coordenador do Núcleo Trabalho Justiça e Cidadania e do Paraná

“Estar disponível, em espírito e em ação”

Natural de São José dos Pinhais, Márcio Dionísio Gapski graduou-se em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná em 14 de janeiro de 1984. Fez especialização em Processo Civil e também bacharelou-se em Letras (Português e Inglês), tendo exercido o magistério durante vários anos. Gapski foi, ainda, servidor da Justiça do Trabalho da 9ª Região por oito anos.

Após aprovação em concurso público de provas e títulos, tomou posse em 11 de novembro de 1988 no cargo inicial da magistratura trabalhista no Paraná (juiz substituto). Em 7 de junho de 1991, foi promovido ao cargo então denominado presidente de Junta de Conciliação e Julgamento (hoje titular de Vara do Trabalho), exercido sucessivamente em Campo Mourão, Paranavaí, Ponta Grossa, Curitiba e Colombo.

Em 2 de outubro de 2002, tomou posse como juiz do TRT Paraná. Atualmente preside a 2ª Turma do Tribunal. Além de diretor de Assistência Social da Associação dos Magistrados do Trabalho da 9ª Região – Amatra-IX, Márcio Gapski é o coordenador do Núcleo Trabalho Justiça e Cidadania do Paraná, cujo primeiro projeto é o “Crescer Feliz – Diga Não ao Trabalho Infantil”.



O que os indicadores sócio-econômicos nos dizem sobre a situação da criança e do adolescente no mundo do trabalho, em detrimento de sua presença na escola e brincando? Em termos comparativos com o passado, que tendência é possível identificar, no Paraná e no Brasil?

Se uma singela melhora no quadro clínico de um doente da UTI é motivo de comemoração, então, cabe uma “acanhada” comemoração, em termos de trabalho infantil no Brasil. As estatísticas não são muito precisas, porque nem todas as situações de trabalho se tornam conhecidas, são divulgadas ou denunciadas. No âmbito familiar, por exemplo, impera o direito da inviolabilidade de domicílio. Há também a cultura, muito enraizada principalmente no interior, de que “se o trabalho dignifica o homem, deve começar desde criança”.

Segundo dados do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI), em 1990, de um universo de 60 milhões de crianças e adolescentes (até 16 anos), em torno de 14 ou 15% eram exploradas pelo trabalho (8,9 milhões). Em 12 anos (até 2002), houve redução para 6,3 milhões e, atualmente, esse número é superior a 5 milhões em todo o país – vale dizer, acima de 10%. No Paraná, o percentual é próximo dos 5% e, em Curitiba e Região Metropolitana, um pouco inferior a isso. São números expressivos de exploração pelo trabalho infantil, levando-se em conta que eles se concentram, maciçamente, nas classes de menor poder aquisitivo, também premiadas em outras categorias de “exclusão social” (saúde, moradia, transporte, lazer...). É uma lástima! Enquanto as mães dessas famílias carentes pululam em nossas empresas prestadoras de serviço ou em nossas residências para cuidarem da limpeza e de nossos filhos... quem, quem ficou lá, nas casas delas (se é que as têm), para cuidar de seus filhos?

Mais de 95% das crianças brasileiras estão na escola. Muito bonito! Mas o ensino é de baixíssimo nível. Pelo que me recorde de uma divulgação recente, no Brasil, em uma escala de 0 a 10, a nota escolar média é 3 (três) no ensino público, subindo para nota 4 (quatro), se considerado o ensino particular (e, no ensino, Curitiba é destaque, embora tenha, ainda, muito que melhorar). Para agravar o problema, a grande massa de escolas não mantém sistema de contraturnos e, nos municípios, via de regra, não há áreas de lazer, nem programas de aprendizagem e de complementação educacional (quando há, não comportam a demanda). Nesse quadro, a exploração pelo trabalho infantil é um dos efeitos.

Quanto a “tendências”, sou pessimista, a não ser que haja fato novo relevante, urgentemente, para mudar o rumo da História do Brasil. Ouso arriscar: a educação, sendo colocada como prioridade absoluta. Em outros termos, prioridade absoluta para ela (e, consequentemente, para a criança o adolescente) nos orçamentos de Governo. Grana, muita grana e esforço político (!?), para se resolver os problemas educacional e social brasileiros em 15 ou 20 anos. Enquanto isso não acontece, nós, aqui, enquanto não morrermos, temos que ir fazendo nossa parte, dando força ao “acanhado e filantrópico” Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e aos projetos sociais de ONGs e de anônimos.

Quais os resultados das ações do “Núcleo Trabalho, Justiça e Cidadania do Paraná” nos meses mais recentes e que avaliação quantitativa e qualitativa o senhor faz das atividades, em confronto com a expectativa que elas geraram?

O Núcleo TJC-PR se tornou conhecido. Isto é muito bom! O primeiro projeto, o “Crescer Feliz”, ultrapassou as expectativas. Originariamente, a pretensão com ele não era mais do que uma simples mostra de quadros de alunos de Curitiba e Região Metropolitana. Buscávamos o estabelecimento de contato com escolas e reconhecimento de terreno para ações futuras. A partir das adesões ao Núcleo, das parcerias, o projeto tomou a dimensão que tem hoje. A mensagem do “Crescer Feliz” – um grito em favor da criança e do adolescente – foi e ainda está sendo levada aos quatro cantos do Brasil...

Se, de início, pensávamos em milhares de quadros de centenas de escolas de Curitiba e Região Metropolitana, ao final,

obtivemos um milheiro deles, porém, de duas centenas de escolas do Estado do Paraná. Por ser uma campanha estadual, o número de escolas e de alunos participantes não é expressivo. Porém, para o Núcleo e seus propósitos, foi uma vitória. O leque está aberto, por todos os quatro cantos do Estado. Isso é que é uma maravilha! Em todos os pontos, houve uma escola com pelo menos um professor abnegado e alguns alunos que se interessaram pelo tema e se engajaram. E a qualidade dos quadros indica profunda reflexão e, em alguns casos, um “grito” de socorro. Isto, não tem preço! Cabe ao Núcleo, agora, zelar com carinho pela manutenção desse relacionamento, estreitar os laços, ampliá-lo para outras escolas, a partir dessa primeira experiência.

Qual a receptividade que o Núcleo TJC-PR encontrou nas instituições e entidades convidadas a emprestar sua colaboração à causa – órgãos da Justiça, Ministério Público, imprensa, sindicatos obreiros e patronais, escolas e associações civis, profissionais e esportivas?

Foi a melhor possível. Nunca houve um “não”, mesmo porque os propósitos do Núcleo foram e são nobres. No Núcleo, já são mais de 15 integrantes (preponderando, entidades da área do trabalho, da educação e da comunicação). Os parceiros do projeto, em torno de 50. Perfeitamente compreensível a não adesão de algumas empresas ou entidades convidadas: ou porque já desenvolvem projetos similares ou porque, na oportunidade, não se convenceram da importância do “Crescer Feliz”! Porém, nenhuma porta foi fechada.

O primeiro projeto do Núcleo, o Crescer Feliz contou com a participação de aproximadamente 200 escolas, mediante minioutdoors. A que o senhor credita esse interesse de alunos e estabelecimentos de ensino?

Credito esse interesse à gravidade do problema do trabalho infantil. Muitos não refletem sobre o tema, porque não são seus filhos os que estão perdendo sua infância. Credito ao espírito de solidariedade e de responsabilidade cívica presente em muitos brasileiros, credito ao alto grau de conscientização dessas escolas, seus diretores e professores, que não deixam passar ao largo as oportunidades de seus alunos se expressarem, se valorizarem. Isto é que dá ânimo, vontade de prosseguir. Não estamos sozinhos nessa empreitada.

Qual o próximo passo, para que as iniciativas nesse sentido se tornem permanentes, sem sofrer solução de continuidade?

Como primeira resposta, eu diria: uma maior e melhor estruturação do Núcleo TJC- PR. Poderíamos ter ido muito, muito mais longe com um “staff” à altura do empreendimento. Tudo, porém, aconteceu dentro do previsto e do possível, nas nossas limitações. Não nos esqueçamos: o projeto “Crescer Feliz – diga não ao trabalho infantil” não passou de um “tubo de ensaio”, de uma experiência... O ideal seria uma secretaria própria para o núcleo, um envolvimento maior das instituições que o integram... Penso ser imprescindível, por exemplo, que, na Amatra-IX ao menos mais uns quatro juízes se engajem no Núcleo, de corpo e alma. Seria ótimo que se criasse uma equipe coordenadora de juízes. Por problemas de infraestrutura e de organização interna do Núcleo, por exemplo, muitos voluntários foram mal aproveitados em suas potencialidades, no tempo em que se disponibilizaram. Foi uma pena. Outra questão – que já está sendo vista, em nossas reuniões – é o estabelecimento de uma “identidade própria” para o Núcleo. Assim, é improvável que nossos projetos futuros se diluam em temática tão ampla que é “trabalho, justiça e cidadania”. É também improvável que sigamos a trilha de outras Amatras, no simples desenvolvimento em escolas de temas insertos na “Cartilha do Trabalhador”... o mais provável é que prossigamos – por ora – explorando o conceito “Crescer Feliz”, auxiliando a sociedade na busca de soluções ao trabalho infantil e com projetos na área da educação plena e integral. A idéia é dar seqüência ao projeto “Crescer Feliz”, dando-lhe novas fases.

O senhor – até por sua formação religiosa, acadêmica e profissional de caráter humanista – se sente vocacionado a empreender ações voltadas à conscientização contra injustiças sociais? O que tem a sugerir àqueles que querem fazer o mesmo e não sabem como começar?

Minha sugestão: estar disponível, em espírito e em ação. Não pensar muito nas dificuldades, no tempo... Sentir-se capaz de poder “fazer a diferença” e arriscar. Ir atrás, não deixar “passarem ao largo” as oportunidades de fazer os outros felizes! Comprometer-se não com o ideal, em si, e sim, com os resultados dele e, a partir daí, buscá-los, custe o que custar. Preferencialmente, não sozinho. Sempre haverá alguém que também busca. Tudo dependerá, é claro, do conceito pessoal de “felicidade”, do momento e do meio. É uma decisão pessoal, consciente. No meu caso, foi um “crescendo”... Quando ainda adolescente, no Seminário, meu pontapé inicial foi o “Voluntariado em Favela”, cuidando de crianças em escolas aos domingos, enquanto suas mães iam cortar cana (e os maridos, no bar, “tomando pinga”); na Faculdade de Letras, minha participação no Projeto Rondon (também em favelas); na Faculdade de Direito, meu voluntariado como “Comissário de Menores”, no Juizado de Menores. Quando na Magistratura, vieram os processos, os autos, as pautas... Atividades paralelas, nem pensar! Na atual gestão da AMATRA IX, houve convite e cá estou eu. Com dificuldades? Sim, muitas, mas estou feliz! Se ser feliz é o objetivo de vida de todo ser humano, o que quero mais se encontrei o meu?